

Lúcia Fulgêncio

EXAME DA CONCEITUAÇÃO DE 'ANÁFORA' E DAS SUAS RELAÇÕES COM AS NOÇÕES DE DADO/NOVO¹

RESUMO

Neste trabalho é examinada a definição de anáfora com base na característica de "presença do antecedente na 'consciência'"; são observados exemplos onde não é possível explicar a interpretação da anáfora com base neste princípio, uma vez que nem sempre os elementos anafóricos possuem o status 'dado' [de acordo com a definição deste termo apresentada em Liberato, 1980]. É observado também, em alguns casos, o relacionamento das anáforas com conceitos que fazem parte de um esquema evocado, e que são trazidos a um nível mais superficial da memória juntamente com o referente do item léxico explícito no texto. É examinado o papel da predicação nos casos onde existem concorrentes viáveis a antecedente, mostrando-se o seu funcionamento como um filtro de ambigüidades.

ABSTRACT

This paper examines the definition of anaphora in terms of the characteristics of "the presence of the antecedent in 'consciousness'". It is observed that in certain cases it is not possible to explain the interpretation of the anaphora on the basis of this principle, since sometimes the anaphoric expressions do not have the status 'given' [according to the definition of this term presented in Liberato (1980)]. The anaphoric relationship with concepts that are part of an evoked schema, which are brought to a more superficial level of memory, together with the referent of the explicit word, is also discussed. Predication is examined in examples where there are viable competitors to function as antecedent, in which cases it works as a filter for ambiguity.

1. Introdução

Quando se faz um estudo das relações anafóricas, geralmente parte-se do princípio que o referente de uma anáfora está sempre expresso linguisticamente, sendo inclusive comum que se procure identificar a qual sintagma se liga um determinado elemento anafórico. Supõe-se, além disso, que o antecedente seja sempre sugerido pela parte do texto anterior à enunciação da anáfora. Porém, podemos observar que muitas vezes não se encontra no texto precedente nenhuma menção a um elemento que tenha o mesmo referente da anáfora em questão. Isto não acontece somente em casos de dêiticos, onde é feita a referência ao ambiente físico, mas em diversas outras situações, como veremos mais adiante. Desta forma, mostra-se necessário o exame de um ponto fundamental na conceituação das anáforas: a relação dos elementos anafóricos com as noções de "consciousness" e de dado e novo.

2. Conceituação e tipos de anáforas

A anáfora pode ser definida, inicialmente, como um elemento que retoma um referente que já estava presente na mente do ouvinte no momento da comunicação. Seguindo a nomenclatura de Chafe (1974), isto quer dizer que o referente da anáfora deve estar presente na "consciousness" dos participantes do discurso. A "consciousness", por sua vez, é a parte da memória-de-longo-termo (MLT) dos indivíduos, que é focalizada ou colocada em evidência num determinado ponto da conversação, isto é, aquilo sobre o qual "se está pensando".

O fato de que determinado item se encontra na "consciousness"

acarreta certas repercussões de ordem lingüística, que justificam falar-se do fenômeno da anáfora. Se dissermos, seguindo Chafe, que um item presente na "consciousness" é dado (em oposição a um item não presente na "consciousness", que é novu), poderemos afirmar que itens dados são expressos lingüisticamente através de formas características, a que chamaremos elementos anafóricos, ou mais abreviadamente anáforas. Toda anáfora deve ser, portanto, necessariamente um elemento dado. Vejamos um exemplo:

- (1) *Eu aprendia flauta com um professor que eu tinha, o Ricardo. Ele é maestro também.²
— anáfora: ele {dado}*

Parece também que a recíproca é verdadeira, ou seja, todo elemento dado é também uma anáfora, na medida em que a compreensão do item dado depende também da presença de conceitos introduzidos anteriormente na mente do indivíduo. Por esta razão, vou adotar a convenção de chamar 'anáfora' a qualquer item dado, muito embora o uso mais comum restrinja a denominação 'anáfora' a elementos semanticamente polivalentes, de matriz semântica nula ou reduzida, como ele, isto, aí, etc. O caso típico de anáfora é o dos pronomes e das elipses, como nos exemplos seguintes:

- (2) *João está doente. Ele vai ter de tomar uma porção de injeções.*
(3) *Eu usei lente. Tenho lente lá em casa. Pergunta se eu consigo usar ê.*

Há ainda outros casos de anáforas citados na literatura, como o de verbos-PRO:

- (4) *Carlos pediu demissão. Eu nunca teria coragem de fazer isso.*

Pelo que foi possível observar, parece que os verbos-PRO não aparecem sozinhos, mas vêm acompanhados de outras anáforas como

isso em (4).

São também um tipo de anáfora os SNs definidos no contexto, como no exemplo que se segue:

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Sõ a cozinha é que é pequena.*

Em (5) o SN a cozinha é definido pelo contexto como sendo 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou'. Segundo Nash-Webber (1977), o SN a cozinha em (5) é uma anáfora, uma vez que este sintagma não pode ser entendido isoladamente, ou seja, ele sõ pode ser compreendido de forma adequada em relação ao contexto no qual se insere. Isto quer dizer que, no exemplo em questão, o SN a cozinha sõ poderá ser interpretado integralmente se estiver ligado ao item apartamento que aparece na primeira sentença. Caso contrário, não seria possível saber de qual cozinha se está falando. Convém lembrar, inclusive, que o status definido com que é expresso este sintagma evidencia a capacidade do ouvinte de identificar o seu referente⁴.

Halliday e Hasan (1976: 275) tratam também de um outro tipo de anáfora, que seriam as chamadas "anáforas lexicais", como no exemplo (6):

(6) *"Henry parece convencido de que se pode ganhar dinheiro produzindo laticínios. Não sei de onde ele tirou essa idêia."*

Segundo estes autores, o nome idêia possui uma referência generalizada, e exerce uma importante função coesiva, sendo que "a estrutura inteira 'o + nome genérico' funciona como um item de referência anafórica".

Todos esses elementos anafóricos relacionados (pronomes, elipses, verbos-PRO, SNs definidos no contexto e anáforas lexi-

cais) funcionam como uma estratégia usada pelo falante para maximizar a velocidade de transmissão da informação, uma vez que uma pequena palavra, como um pronome, pode recuperar uma série enorme de informações⁵. Além disso, as anáforas exercem uma importante função coesiva, ao relacionar e interligar elementos do discurso, dando textura aos enunciados.

2.1. Anáforas tipo "troço"

Ao analisarmos o português oral, encontramos expressões que julgo tratem-se de anáforas, apesar de não estarem incluídas entre os elementos citados acima. Este é o caso de palavras como coisa, trem, negócio, troço, que não têm sentido próprio, mas que são, como os demais tipos de anáforas, semanticamente polivalentes, com uma matriz semântica pouco especificada e inseridas no texto em substituição a um determinado segmento. Geralmente esse tipo de palavra é usado quando o falante não consegue se lembrar imediatamente do vocábulo adequado, mas acredita que o ouvinte consiga depreender o seu significado e identificar o seu referente, através do contexto e da paisagem mental que o ouvinte vai criando a partir dos elementos evocados. Observe-se o exemplo (7):

[7] *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em sequência.*

Neste exemplo a palavra negócio, usada aqui com caráter anafórico, refere-se a 'projektor de slides'.

As palavras como troço caracterizam-se pelo tipo de expectativa do falante com relação à interpretação do ouvinte. Até onde posso ver, o falante usa esse tipo de anáfora segundo dois

critérios:

- (a) *ele acredita que o ouvinte possa inferir o sentido dessa anáfora imediatamente, a partir de "dicas" do contexto ou por conhecer o assunto de que se fala tão bem quanto ele e por isso o falante não precisa se deter e demorar-se na busca do termo exato;*
- (b) *o falante não se preocupa se o ouvinte vai encontrar ou não o referente (apesar de ele ter informações contextuais ou pragmáticas para chegar ao significado da anáfora), porque a informação contida na anáfora é tão pouco relevante para o desenrolar do diálogo que não há nenhum prejuízo para a comunicação principal, se o ouvinte não interpretar corretamente a anáfora. O falante usa, então, uma palavra polivalente, para não perder tempo procurando na memória o termo conveniente para se referir à entidade pensada por ele. Esta informação seria secundária, não tendo peso ou implicações importantes dentro do tema do discurso.*

Suponho que o falante tenha consciência de que a insistência em tentar lembrar o termo exato para a entidade à qual quer se referir pode trazer prejuízos maiores à comunicação do que simplesmente a utilização de uma anáfora sem antecedente no discurso, arriscando um possível erro ou impossibilidade por parte do ouvinte na identificação do referente.

É fácil observar que expressões como troço não são usadas tão frequentemente na língua escrita quanto na língua falada porque: em primeiro lugar, o escritor não joga com nenhuma premência temporal como o falante, isto é, o escritor dispõe de todo o tempo necessário para procurar lembrar-se do vocábulo que lhe convém; em segundo lugar, escritor e leitor, ao contrário de falante e ouvinte, possuem relativamente pouca informação em comum. Isto impede que o escritor se utilize de anáforas de base pragmática na mesma proporção que o falante, pois ele não pode fazer quase nenhuma suposição quanto ao tipo de conhecimento do leitor; em outras palavras, o falante é muito mais seguro das

suposições que pode fazer do que o escritor.

2.2. Catãforas e exõforas

Este mesmo elenco de itens classificados como anafóricos pode ter ainda outro tipo de referência dentro do texto (ou endofórica): é a referência catafórica. São chamados de catãforas os elementos anafóricos que se relacionam a um elemento que ainda virá mais adiante no discurso; são casos de referência "para a frente", isto é, quando a apresentação do antecedente é feita posteriormente na frase (ou, em casos mais raros, também no discurso), como no exemplo seguinte:

- (8) *Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.*

Há ainda outro tipo de referência, que é a exofórica, ou seja, a referência a elementos que pertencem ao contexto situacional. Este é o caso dos dêiticos ou exõforas, onde as expressões anafóricas apontam para o ambiente físico, referindo-se ao contexto extra-lingüístico, como no exemplo seguinte:

- (9) *Quebrei o amortecedor nele outro dia.*
(situação: o falante aponta para um buraco na rua)

Como é bastante evidente, tanto as anãforas (no sentido de referência "para trás") quanto as catãforas e as exõforas são manifestações de um mesmo fenômeno e, portanto, partilham de características bastante semelhantes que devem ser analisadas paralelamente, sob pena de se perder uma importante generalização. Assim sendo, podemos tomar o termo "anãfora" para se referir a todos esses três tipos, dando-lhe um sentido mais geral e abrangente; sigo aqui a tradição adotada por Lyons (1977:659): "Vamos aderir ao uso mais tradicional, segundo o qual 'anãfora' cobre tanto a referência anafórica normal 'para trás' quanto a refe-

rência anafórica menos normal 'para a frente' ou antecipatória."

3. Primeira observação: referentes não presentes na "consciousness"

Segundo a definição mais corrente na literatura, apresentada no início deste trabalho, depreende-se que:

- (a) o referente do elemento anafórico deve estar presente na "consciousness" do ouvinte no momento em que a anáfora é enunciada e, conseqüentemente,
- (b) toda anáfora deve possuir necessariamente o status "dado".

Este enfoque, no entanto, mostra-se insuficiente para explicar todos os casos de relações anafóricas. Como veremos agora, existe também o uso de elementos anafóricos que não podem ser considerados dados segundo a definição habitual desse termo. Isto acontece em situações controladas, bem definidas, onde inclusive a predicação pode exercer um papel fundamental na identificação do referente.

Há pelo menos dois casos em que um antecedente de um pronome não está presente na "consciousness" do ouvinte, no momento em que a anáfora aparece no discurso⁶. O primeiro deles é o caso de anáforas cujo antecedente se recupera com base em informação não explícita compartilhada por emissor e receptor.

Suponhamos uma situação em que um indivíduo entra numa sala e, dirigindo-se ao seu colega, diz:

(10) Ela não quis me dar o ofício!

Se esta frase for entendida pelo ouvinte, com o reconhe-

cimento da pessoa à qual se refere o pronome ela, isto deveria significar que o referente desta anáfora já estava na "consciousness" do ouvinte. No entanto, se a sentença for interrompida logo após a enunciação deste pronome, isto é, se o falante disser somente "Ela...", muito provavelmente será impossível identificar a quem ou a quem se refere este pronome. Neste caso, como será explicado mais adiante, é a parte da frase enunciada posteriormente ao pronome ela que determina o referente da anáfora, delimitando-o dentre um número praticamente ilimitado de possíveis candidatos.

Outros exemplos semelhantes a este são os casos das anáforas do tipo troço, como por exemplo em (7), que repito:

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.*

É importante observar que a palavra projektor, substituída por negócio, nunca tinha sido mencionada neste diálogo, e, no entanto, pôde ser recuperada com uma anáfora que, conseqüentemente, não tinha antecedente lingüístico.

Temos ainda o caso das anáforas expressas por SNs definidos no contexto:

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. São a cozinha é que é pequena.*

O que acontece em (5) é que a anáfora a cozinha vem introduzir uma noção que ainda não havia sido mencionada no discurso. Uma das conclusões que se tira daí é que, conseqüentemente, este sintagma não pode possuir o status dado, o que vem contrariar todas as generalizações feitas a respeito das condições que permitem o emprego de elementos anafóricos.

O segundo caso de ausência do antecedente na "consciousness" ocorre em exemplos de catáfora, onde a referência é feita "para a frente". Em (8), que repito,

(8) *Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.*

a catáfora isso está relacionada anaforicamente a elementos que são mencionados mais adiante no discurso. Portanto, o referente não estava na "consciousness" do ouvinte no instante em que a anáfora foi enunciada.

Concluimos, então, que a presença do referente na "consciousness" não é uma condição necessária para que seja possível o emprego de uma anáfora, nem em caso de catáfora, nem no de anáfora propriamente dita.

O corolário deste fato é que, assim sendo, também a condição de dadidade das anáforas fica em questão. Isto porque a noção de dado/novo prende-se exclusivamente à condição de presença na "consciousness". Como define Liberato (1980:19), "informação dada é aquela que o falante presume que está na 'consciousness' do ouvinte no momento da comunicação."

Como já foi mencionado, acreditava-se que todo elemento anafórico era necessariamente dado. No entanto, a partir das observações aqui feitas, somos levados a admitir também a existência de anafóricos não-dados. Isto acontece nos casos de catáfora e nos casos de anáfora sem antecedente no discurso, mas onde ou a) a anáfora é expressa por SNs definidos no contexto, como no caso de (5) (nestes casos há menção explícita, embora reduzida, do elemento a ser recuperado); ou b) a predicação é suficientemente definida a ponto de descartar as possíveis ambigüidades, delimitando um único candidato a referente, como nos casos (7) e

{10} (nestes casos não há necessidade de menção explícita do elemento a ser recuperado).

4. Segunda observação: o relacionamento de anáforas a itens pertencentes a um esquema

4.1. Utilização do esquema na resolução de antecedente não explícito no discurso

Existe uma observação que me parece pertinente com relação à definição de anáfora apresentada no início e que pode ser exemplificada pela situação expressa na sentença {10}:

{10} Ela não quis me dar o ofício!

A interpretação do pronome ela, sem antecedente no discurso anterior, depende de dois pontos: o conhecimento de um fato, partilhado pelos participantes da conversação; e certas indicações ou pistas que permitem ao ouvinte buscar na sua MLT o indivíduo ao qual o pronome se refere, trazendo-o a um nível mais acessível da memória.

No exemplo {10}, a dica na qual o pronome ancora a sua delimitação de significado consiste na informação de "não querer dar o ofício ao falante". Parece que, ao se emitir esta informação, o ouvinte aciona todo um complexo mecanismo de conhecimentos adicionais relacionados a esta situação e não expressos claramente na frase emitida, mas que já foram transmitidos ao ouvinte em outras ocasiões e que ele tem guardados na sua MLT. Esta situação - que chamarei de "x = 'dar o ofício ao falante'"

- deve trazer a um nível mais superficial da memória do ouvinte diversos elementos que se ligam a ela, como por exemplo: agente de X, motivo de X, etc. É essa carga adicional de informações que vêm como que "grudadas" a uma determinada situação, e que permitem que se estabeleçam as conexões adequadas para a compreensão de um texto, que é chamada de "esquema" (Rumelhart e Ortony, 1976), "script" (Schank, 1978) ou "frame" (Minsky, 1975). Embora haja diferenças entre as colocações de cada um desses autores, há por outro lado uma convergência com relação ao ponto fundamental que orienta esses estudos: trata-se da crença de que a memória tem de ser organizada de forma a permitir ao indivíduo ter acesso a informações relevantes que se ligam a um estímulo, mas que não estão, elas próprias, explícitas na situação apresentada.

Perini (inédito), reestudando as noções expressas originalmente por esses autores, define um esquema como uma fatia do mundo dos conceitos que pode ser estimulada por uma expressão lingüística. Os esquemas são compostos de informações que estão ligadas umas às outras, num processo interativo, compondo uma espécie de "circuito mental".

Assim como quando se menciona um determinado indivíduo ou evento, este passa a fazer parte da "consciousness" do ouvinte, assim também todas as informações possuídas pelo ouvinte e que se ligam a estes indivíduos ou eventos também são trazidas, automaticamente, a um nível mais superficial da memória.

A explicação da interpretação correta de uma sentença como (10), onde não existe um antecedente explícito para a anáfora, baseia-se num mecanismo de inferência que se apóia, por sua vez, nos esquemas apreendidos através das expressões lingüísticas: o referente do pronome faz parte do esquema da situação X, enunciada posteriormente ao pronome, e que traz à lem-

brança do ouvinte o referente do agente de X.

Um outro exemplo semelhante, em que é possível a compreensão de uma anáfora cujo antecedente não foi expresso no texto, mas que pode ser determinado com base nos esquemas, é o seguinte:

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrussel -nê?- vai colocando em sequência.*

A palavra slide usada anteriormente no discurso, somada à palavra carrossel que caracteriza negócio, fez com que o ouvinte inferisse corretamente o significado da expressão, interpretando o nome negócio como se referindo a 'projedor de slides'. Essa noção expressa pela anáfora não aparece no discurso em momento algum e sô pode ser recuperada com base nos esquemas propostos pelos itens léxicos presentes no texto.

A explicação para a interpretação correta de SNs definidos no contexto também tem base nos esquemas. Voltemos ao exemplo (5):

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Sô a cozinha é que é pequena.*

Em (5) o sintagma a cozinha é compreendido como 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou', devido a dois fatores: em primeiro lugar, por causa do Princípio Cooperativo, formulado por Grice (1967)⁷, associado à nossa imposição de organização do mundo, que nos levam a admitir que duas frases juntas devem formar um texto, e que este texto deve conter alguma lógica; em segundo lugar, por causa do conhecimento do mundo possuído pelos participantes da conversação, que compreende informações como, por exemplo, que apartamentos têm cozinhas. Em outras palavras, o item apartamento gera a expectativa de que haja também uma co-

zinha. O ouvinte é então capaz de inferir que a cozinha em questão pertence certamente ao apartamento ao qual se faz referência na primeira sentença.

Vemos, então, que os possíveis antecedentes de anáforas não são somente os itens lingüísticos explícitos no discurso, mas também os itens que fazem parte de um esquema proposto num enunciado. Deve-se lembrar aqui também o caso dos dêiticos, onde é o ambiente físico, extra-lingüístico, que evoca certos elementos referenciais que possibilitam a identificação do significado da anáfora.

Se os elementos que compõem um esquema também fazem parte da "consciousness", ou seja, se eles são trazidos ao nível da "consciousness" juntamente com o item léxico explícito que constitui o seu núcleo, é uma possibilidade a ser mais estudada. Isto, no entanto, não é de fundamental importância na conceituação das anáforas, uma vez que já mostramos que é possível, também em outros casos, a utilização de um elemento anafórico sem que o seu referente esteja presente na "consciousness" do ouvinte.

4.2. Utilização do esquema na resolução de antecedente presente no texto, porém ambíguo

Podemos observar que os casos onde somente é possível interpretar a anáfora após a sua enunciação, através de informações adicionais semânticas ou pragmáticas, não são raros. Vejamos ainda outro exemplo:

[11] *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.*

Até o momento em que aparece o pronome ele na sentença, é impossível afirmar a qual indivíduo é feita referência, se a

Mário, a Antônio, ou ao carro, uma vez que, se a sentença fosse:

(12) *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele detesta andar a pé.*

o pronome ele seria interpretado como [= 'Antônio'] . Se fosse:

(13) *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele en-
guiçou e só Antônio sabe consertá-lo.*

ele seria ['o carro'] . Já na sentença original (11), [ele = 'Mário'] .

Vemos então que o pronome é ambíguo até o momento em que é enunciado, e que só se pode chegar à identificação do significado desta anáfora a partir das informações veiculadas posteriormente ao pronome, que determinam restrições à interpretação. Portanto, o que ocorre, também neste caso, é um recurso ao esquema evocado para que seja possível desambiguar o pronome, elegendo-se um único antecedente para a anáfora.

Esses exemplos evidenciam que nem sempre o contexto anterior à anáfora é suficiente para que se possa identificar o seu antecedente; muitas vezes é imprescindível buscar um apoio no contexto posterior, para que o ouvinte consiga resolver certas ambigüidades de referência.

5. A importância da predicação

Vê-se então que nem sempre é possível interpretar a anáfora no momento em que é enunciada ou então isolada de outros indicadores lingüísticos ou extra-lingüísticos. Para reforçar este ponto, vamos retornar ao exemplo (5), acrescentando-lhe algumas modificações:

- (5) Roberto alugou um apartamento muito bom. Sô a co-
zinha é que é pequena.
- (14) ?Roberto alugou um apartamento muito bom. Sô a coisa
é que é pequena.
- (15) Roberto alugou um apartamento muito bom Mas o ne-
gôcio lá só tem vaga para um carro.
- o negócio = 'a garagem do apartamento que Roberto
alugou'

As sentenças de (14) e de (15) são muito semelhantes. Porém, o exemplo (14) não é tão compreensível quanto (15), porque em (14) não é possível estabelecer-se, claramente e com precisão, um único referente para a anáfora coisa; o mesmo, no entanto, não acontece em (15), onde é perfeitamente possível identificar o significado de negôcio, apesar de não existir no texto um antecedente explícito para esta anáfora. O nosso problema consiste então em explicar: a) porque o ouvinte não tem a mesma facilidade em interpretar (14) e (15), e b) porque, para se referir à 'cozinha' numa sentença como (14), não é possível usar uma anáfora do tipo troço, mas é necessário o emprego de um SN definido no contexto, como acontece em (5).

Em todos os três casos, a anáfora relaciona-se a um conceito que é "trazido à tona" juntamente com o conceito de 'apartamento', ou seja, faz parte do esquema cujo núcleo é 'apartamento'. Ora, a noção de 'cozinha', por exemplo, não é a única que vem ligada a este item léxico. Além dela, vêm inúmeras outras informações que ajudam a compor a noção que cada indivíduo tem de 'apartamento'. Algumas são mais generalizadas, do domínio de um maior número de pessoas, e outras mais individualizadas, dependendo da vivência e do conhecimento de cada um. Como, então, seria possível em (14) saber a qual dos conceitos ativados refere-se a anáfora coisa? Ela poderia substituir tanto a palavra cozinha, como também 'sala', 'garagem', 'porta' e assim por

diante. O texto (14) fica ambíguo, uma vez que não é possível conferir à anáfora um significado único.

Mas agora temos de explicar porque foi possível em (15) o emprego de uma anáfora do tipo troço, em condições semelhantes às de (14), onde isto não foi possível.

Observe-se que a diferença entre (14) e (15) é a predicação que caracteriza a anáfora. Podemos supor, portanto, que ela influi decisivamente na escolha de a qual dos elementos do esquema é feita a referência, desambiguando a anáfora. Com efeito, podemos observar que a anáfora a cozinha do exemplo (5), que é um SN definido no contexto, não pode sofrer uma redução maior da sua matriz semântica - isto é, não se pode utilizar neste caso uma anáfora do tipo troço (como no exemplo (14)) para se referir à cozinha em questão - porque a predicação é pequena é demasiadamente inespecífica para poder delimitar um único referente entre os muitos ativados no esquema de apartamento. Já no exemplo (15), a predicação é suficiente para definir só um entre os referentes potenciais, porque o único elemento do esquema de apartamento que pode 'só ter vaga para um carro' é, obviamente, a garagem. Por isso é que foi possível em (15), utilizar uma anáfora com uma matriz semântica pouco especificada, relacionada a um conceito não presente explicitamente no texto, mas incluído no esquema ativado.

Podemos concluir, a partir dessas observações, um outro fato importante: parece que as anáforas relacionadas a partes do esquema diferentes do seu núcleo necessitam de um ancoramento duplo no texto, para que seja possível a depreensão correta do seu significado. O primeiro ancoramento teria a função de ativar na memória do receptor o conceito a ser recuperado pela anáfora (no exemplo (15), seria o item léxico apartamento); o segundo teria

a função de restringir o significado do elemento anafórico, descartando todos os referentes potenciais menos um, apontando então para este elemento já ativado, de forma a caracterizá-lo e a defini-lo (no exemplo (15), corresponde à informação de 'ter vaga para carro').

Mostrei acima a importância da predicação em casos de relacionamento de uma anáfora (com uma matriz semântica pouco especificada) a elementos pertencentes a um esquema levantado num texto. Porém, não é este o único caso em que a predicação tem uma importância decisiva. Resumindo, pode-se dizer que a predicação exerce um papel crucial nos seguintes casos:

- a) quando é feita a retomada (através de anáfora tipo troço, por exemplo) de um elemento que compõe um esquema, mas não é o seu núcleo (apenas o núcleo vem explícito no texto).
Por exemplo:
(7) Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel - né? - vai colocando em sequência.
- b) quando o referente da anáfora não está presente na "consciousness" (exceto em caso de SN definido). Por exemplo:
(8) Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.
(10) Ela não quis me dar o ofício!
- c) quando o antecedente aparece literalmente no texto anterior à anáfora, mas existem vários candidatos possíveis a antecedente desta anáfora, como nos enunciados do tipo (11), (12) e (13). Por exemplo:
(11) Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.

Em todos os casos citados (a, b e c), encontramos um ponto comum: em todos eles existem diversos candidatos a referente da anáfora; logo, sem a predicação, a anáfora seria ambígua. Pode-se

concluir daí que a predicação exerce um papel fundamental em casos onde existem concorrentes viáveis a antecedente da anáfora; a predicação funciona, portanto, como um filtro de ambigüidades.

6. Conclusão

Vimos, então, que:

nem sempre uma anáfora recupera um referente citado explicitamente no discurso;

nem sempre uma anáfora retoma noções introduzidas anteriormente no discurso e, conseqüentemente, o referente anafórico nem sempre está na "consciousness" do ouvinte no momento da sua enunciação;

em certos casos a predicação exerce uma função essencial na determinação do significado da anáfora, pois é ela que carrega, no esquema dos itens que a compõem, o referente desta anáfora.

A partir dessas observações concluímos que o papel da "consciousness" não é como se acredita: em primeiro lugar, é possível jogar com inferências, relacionando as anáforas a partes do esquema não citadas literalmente no texto; em segundo lugar, é possível usar anafóricos sem que o antecedente esteja na "consciousness" de maneira nenhuma. Este caso se subdivide em catáforas (aliás, algo raras em português) e casos como (10), resolvidos pela predicação (existência de vários candidatos a antecedente).

Convém lembrar que a definição de "consciousness", proposta por Chafe (1974) e discutida por Liberato (1980), exclui da "consciousness" todos os itens que não aqueles que constituem o nóduo central dos esquemas evocados.

Concluímos, então, que, uma vez que as anáforas podem se re-

ferir a elementos não presentes na "consciousness", a definição de anáfora como um item dado não se mantém. Aí temos duas saídas possíveis: ou a definição de dado/novo (baseada em presença na "consciousness") precisa ser refeita, ou o uso de anafóricos não depende pura e simplesmente da dadidade.

Resta saber se há razões para se manter a definição de dado/novo com base em presença na "consciousness". Se sim, teremos anafóricos não-dados; se não, a própria utilidade da noção de "consciousness" fica em questão.

Podemos então reformular a nossa conceituação inicial de anáfora, sobretudo porque ela não pode mais se prender radicalmente à condição de presença do referente na "consciousness". Podemos dizer, então, que a anáfora é um elemento polivalente, com uma matriz semântica pouco preenchida e que, para se identificar o seu referente, é necessário relacioná-lo com outro elemento fornecido pelo contexto lingüístico ou extra-lingüístico. É possível identificar pelo menos duas maneiras pelas quais o contexto lingüístico pode definir o significado de uma anáfora: ou o antecedente aparece literalmente no contexto, ou é denunciado pela predicação.

NOTAS

1. Este trabalho resume alguns aspectos tratados na minha dissertação de Mestrado, intitulada O Problema da Interpretação dos Elementos Anafóricos (1983), orientada pelo prof. Dr. Mário A. Perini, a quem agradeço a inestimável colaboração.
2. Estou adotando a convenção de sublinhar a anáfora que será analisada em cada exemplo.
3. O símbolo \emptyset é colocado para marcar o lugar onde ocorre a elipse.
4. Veja-se Chafe (1976:39).
5. Veja-se Nash-Webber (1977).
6. Seria possível incluir aqui um terceiro caso, que abrange os dêiticos, mas nestas situações é difícil afirmar com segurança em que momento o referente da anáfora é introduzido na mente do ouvinte: se antes ou depois do aparecimento da anáfora. Como há dúvidas a esse respeito, vamos tratar somente de duas situações que considero inequívocas.
7. Apud Clark & Haviland (1977).

REFERÊNCIAS

- CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topic and point of view. New York, Academic Press, 1976.
- . Language and consciousness. Language, 50 (1), 1974.
- CLARK, Herbert & HAVILAND, Susan E. Comprehension and the given new contract. In: FREEDLE, R. O., org. Discourse production and comprehension. Ablex, 1977.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. L., org. Syntax and semantics. New York, Academic Press, 1975. vol. 3.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. Cohesion in English. London, Longman, 1975.
- LIBERATO, Yara G. Sobre a oposição dado/novo. Belo Horizonte, FAL-UFMG, 1980. (Dissertação de Mestrado).
- LYONS, John. Semantics. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P., org. Psychology of computer vision. McGraw-Hill, 1975.
- NASH-WEBBER, Bonnie L. Anaphora: a cross disciplinary survey. Urbana-Champaign, University, of Illinois, Center for the study of reading, 1977. (Technical Report, 31)
- RUMELHART, David E. Schemata: the building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, H. F., org. Theoretical issues in reading. Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

SCHANK, Roger C. Predictive understanding. In: CAMPBELL, R. N. & SMITH, P. T., org. Recent advances in the psychology of language. New York, Plenum Press, 1978.